

AGRICULTURA FAMILIAR NO CENÁRIO MESORREGIONAL: UM NOVO CONTEXTO AGRÍCOLA NO DESENVOLVIMENTO RURAL

Family Farming in the Mesorregional Scenario: A New Agricultural Context in Rural Development

RESUMO

Este artigo tem por objetivo discutir a importância da política pública federal voltada ao fomento do processo de desenvolvimento das Mesorregiões Diferenciadas, numa nova configuração do espaço rural, especialmente o caso da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul [MESOMERCOSUL]. Problematizam-se o fato de que o estado tem o papel de regular e fomentar políticas públicas de desenvolvimento, tais como as voltadas ao setor agrícola, especialmente a agricultura familiar. A pesquisa foi baseada em um estudo de caso descritivo, realizado por meio de um levantamento documental e jornalístico dos projetos desenvolvidos no período entre 2001 e 2006, além da coleta de dados estatísticos e pesquisa de campo. As técnicas utilizadas são a pesquisa bibliográfico-documental e a pesquisa quantitativa. Os resultados indicam que a consolidação da MESOMERCOSUL possibilita elevar a autonomia regional, o que, por sua vez, possibilita alternativas que promovam sua sustentabilidade, por meio da organização do poder público e da sociedade civil. Além disso, contribui para o processo de desenvolvimento de “espaços”, tanto essencialmente como relativamente “rurais”, possibilitando a consolidação de alternativas de desenvolvimento no longo prazo.

Fernando Rusch
Universidade Federal de Santa Maria
fe_rusch@yahoo.com.br

Ivo Theis
Universidade Regional de Blumenau
theis@furb.br

Recebido em 01/06/2014. Aprovado em 14/09/2015.
Avaliado pelo sistema *double blind review*
Avaliador científico: Sabrina Soares da Silva

ABSTRACT

The purpose of this study was to discuss the importance of federal public policies focused on the promotion of differentiated mesoregions development process in a new configuration of rural space, especially the case of the mesoregion Great Frontier of Mercosur (Mesomercosul). The State's role, however, is to regulate and promote development public policies such as those addressing agricultural sector, particularly the family farming. A descriptive case study was adopted. Database of projects developed from the year of 2001 to 2006 was used as sources of data for documentary and journalistic surveys. In addition, information was obtained by means of statistically and field data collection. The bibliographical, documentary and quantitative research techniques were used. Results indicate that the consolidation of the Mesomercosul enables to elevate regional autonomy, allowing alternatives that promote sustainability by means of organization of public power and civil society. In addition, results contribute to the development process of spaces both essentially as relatively rural, enabling the consolidation of development alternatives in long term.

Palavras-chave: Mesomercosul, mesorregiões diferenciadas, desenvolvimento mesorregional, modernização agrícola, alternativas de agricultura sustentável.

Keywords: Mesomercosul, differentiated mesoregions, regional development, agricultural modernization, alternatives of sustainable agriculture.

1 INTRODUÇÃO

O crescimento populacional mundial e a elevação do padrão de consumo têm como um dos principais desafios, fazer com que a agricultura possa atender a todas as necessidades da humanidade. Para tanto, há algumas décadas teve início o processo de modernização da agricultura, a partir de extraordinários investimentos em pesquisa agrícola e a experimentação de novas tecnologias. Assim, alternativas de transformação da base

técnica resultaram numa espécie de industrialização da agricultura, a partir do controle dos aspectos naturais pelo homem, como por exemplo, a irrigação, adubação, controle de pragas e doenças e a manipulação genética de espécies. Entretanto, este intenso processo de modernização que a agricultura vem vivendo, contribuiu para a intensificação dos impactos socioambientais, sendo que, novas alternativas de produção agrícola sustentável podem auxiliar na reversão deste processo, consolidando assim, um novo espaço rural.

Neste artigo, não se pode deixar de exaltar que as políticas públicas devem exercer a sua influência sobre o processo de desenvolvimento, fomentando as regiões mais carentes, a partir de suas potencialidades e seus atores, possibilitando assim, maior equidade entre as regiões. O desafio, no entanto, consiste em reconstruir as atribuições do estado como regulador e compensador de desigualdades e desequilíbrios, como o processo denominado Mesorregiões Diferenciadas¹, com especial atenção ao casoda Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul [MESOMERCOSUL²], a qual busca retomar o processo de desenvolvimento.

As atuais mudanças conjunturais, no panorama político-econômico das chamadas “regiões rurais”, intensificam o crescimento do número de pessoas excluídas. Isto, principalmente em virtude do processo de globalização, que proporcionou intensificação da pobreza rural e disparidades regionais, especialmente em mesorregiões classificadas como ‘rurais’, pouco ou quase nada dinâmicas e, em grande parte, dependente da monocultura e da dominação latifundiária.

Neste sentido, é fundamental proporcionar a estas regiões, condições para que sejam aplicadas e desenvolvidas políticas públicas, justas e inclusivas. Entretanto, tem-se que algumas regiões perdem, outras ganham. No mesmo contexto, as evidências mostram que muitas ‘regiões ganhadoras’ somente o conseguem devido à intensa participação da sociedade civil, o que indica haver relação entre o planejamento regional, potencialidades regionais e a participação de seus agentes locais para a promoção de seu desenvolvimento.

A hipótese que se buscou sustentar é que a sociedade contribui de forma intensa para o desenvolvimento de territórios, desde a superação das debilidades até a promoção de um processo sustentável, principalmente quando relacionado a um processo participativo de desenvolvimento, como é o caso da política das Mesorregiões Diferenciadas. Neste sentido, esta política, devido ao seu caráter cooperativo e participativo, contribui para o desenvolvimento rural da região. Todavia, a constante intensificação das desigualdades sociais regionais

¹Regiões debilitadas, com potencial parase desenvolver. No Brasil, existem treze Mesorregiões Diferenciadas, que compreendem parte do território de vinte e uma unidades da federação, num total aproximado de 1.420 municípios, representando mais de 16% da população e 18% do território brasileiro. Para Florêncio et al. (2008, p. 26), “cada sub-região busca instituir uma representação administrativa na forma de um Fórum de Desenvolvimento”.

²Abrange atualmente 396 municípios, do norte do estado do RS, oeste de SC e sudoeste do PR, conta com uma população estimada em quatro milhões de habitantes (Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, 2014).

promovidas pelas mudanças no cenário global nas últimas décadas, fez com que surgissem estas políticas públicas de desenvolvimento regional, reduzindo as disparidades, além de promover inclusão social, partindo da principal potencialidade local, a agricultura, especialmente familiar.

Entre os problemas que levam ao estudo desta política de desenvolvimento, pode-se citar: (1) o fato de não compreender as tradicionais escalas, tanto local como regional; e (2) de ser uma região dependente do setor agrícola, com profundas disparidades regionais. Para isto, existem várias possíveis respostas, no entanto três, são as que motivam a pesquisa proposta: uma de natureza prática, relacionada às suas potencialidades; e as outras referentes ao caráter teórico e metodológico. As respostas às questões acima, no entanto, podem conduzir as comunidades regionais a se mobilizem com vista ao melhor planejamento de seu desenvolvimento.

Com relação à relevância prática, pode-se levar a um conhecimento mais adequado da situação da MESOMERCOSUL, contribuindo para a identificação de suas potencialidades e, sugerindo alternativas para corrigir as suas deficiências. Assim, esta política pública, se bem formulada e conduzida, pode apontar opções sustentáveis de desenvolvimento regional.

A relevância teórica desta política pública está na busca pelo desenvolvimento regional. O seu conceito pode ser descrito como um processo localizado de mudança social sustentada, que tem como propósito o progresso material e espiritual permanente de uma comunidade e de seus respectivos membros, que vive num determinado espaço mesorregional, onde o estado tem a atribuição de regular e compensar as disparidades. Por outro lado, reforça-se que por regiões se entendem localidades ou lugares que correspondem a uma determinada área geográfica de extensão subnacional. As regiões apresentam um determinado grau de desenvolvimento quando associado à presença de uma comunidade de indivíduos – pertencentes a distintos grupos e classes sociais – e de suas atividades socioeconômicas. Neste sentido, revistos estes conceitos, pode-se chegar ao consenso de que a relevância desta política pública é contribuir para o desenvolvimento de uma região, principalmente onde os atores regionais têm a possibilidade de atuar num processo democrático-participativo.

Na relevância metodológica, em termos gerais, toma-se como propósito para este artigo, a sistematização dos procedimentos formulados pelo Ministério da Integração Nacional [MI], através da política pública das Mesorregiões Diferenciadas, contidos na Política Nacional de Desenvolvimento Regional [PNDR]

(BRASIL, 2005). Em termos específicos, destaca-se entre os procedimentos, uma revisão bibliográfica, um levantamento de documentação e matérias jornalísticas; além da coleta de dados estatísticos e pesquisa de campo. As técnicas utilizadas são a *pesquisa bibliográfico-documental* e a *pesquisa quantitativa*.

Para fins didáticos, este artigo tem como objetivo discutir a importância das ações desenvolvidas por esta política pública federal na MESOMERCOSUL, especialmente relacionadas ao aprimoramento da comunidade mesorregional, dependente da Agricultura Familiar. Para tanto, o artigo está estruturado em seis seções: 1) introdução; 2) marco teórico, amparado na importância do estado como regulador de disparidades regionais, e que existem disparidades, como enfatiza a Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual [TDGD] e o desenvolvimento da agricultura familiar; 3) contextualização histórico-geográfica da política pública das mesorregiões diferenciadas, com especial atenção ao caso da MESOMERCOSUL; 4) apresentam-se aspectos pertinentes ao cenário de mudança da agricultura brasileira, a saber: modernização, impactos socioambientais e novas alternativas agrícolas sustentáveis, que contribuem para a consolidação de um novo espaço rural; 5) resultados da “dinâmica” e caracterização dos seus benefícios, no período entre 2001 e 2006; e, 6) considerações finais.

2 MARCO TEÓRICO

No contexto das políticas públicas do setor agrícola, é fundamental levar em conta dois processos: (i) a globalização, um processo de fundamental importância sobre os aspectos econômicos, que interfere nas demais dimensões da vida humana e no meio em que vivemos e que inclui e exclui comunidades de uma possibilidade de mudança social (progressiva melhoria de qualidade de vida, tanto material como espiritual); e (ii) o processo de regionalização, que leva em consideração as características do território, especialmente sob o caráter socioeconômico-cultural, sendo que, neste artigo, são enfatizados principalmente os aspectos relacionados à importância do universo rural para o desenvolvimento regional. Entretanto, segundo Brandão (2004), existe nesse momento, em todo o mundo, um entusiasmo arrebatador por questões atinentes ao território. O que não aconteceu na década de 50 no período do auge do debate do desenvolvimento nacional bem como dos desequilíbrios sociais da década de 60, ou da “questão urbana” nos anos 70 e 80.

Atualmente, ocorrem profundas alterações no debate coletivo na questão do desenvolvimento regional,

principalmente em virtude do aumento das disparidades econômicas inter e intra-regionais ocorridas nas últimas décadas sobre o contexto econômico, social e ambiental. Ainda mais, devido ao fato de que o processo de globalização reduz a capacidade do Estado de promover políticas, e de que, em consequência disso, o espaço nacional se reestrutura (HARVEY, 2004). Dessa forma, constitui-se como atribuição para o Estado, propor políticas públicas que exerçam influência sobre o processo de desenvolvimento, fomentando regiões mais carentes e seus agentes, possibilitando assim, equidade entre as regiões, a partir da compensação destas disparidades regionais.

De acordo com Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA (2012), no decorrer da história brasileira, o desenvolvimento socioeconômico das diferentes regiões do país ocorreu em um ritmo diferenciado, resultando em um cenário atual de profundas desigualdades entre estas regiões. Porém, a TDGD evoca como condicionalidade que as lutas políticas, sociais e de classes, em distintas escalas geográficas, impulsionam mudanças contínuas nestas regiões, especialmente no contexto do capitalismo (HARVEY, 2006). Portanto, do ponto de vista da formulação das políticas públicas, defende-se como necessária a sua reestruturação, tendo como objetivo a redução das desigualdades regionais por meio da ativação das potencialidades de desenvolvimento das regiões brasileiras, ou seja, ‘suas diversidades regionais’.

Desta forma, é preciso levar em consideração múltiplas dimensões existentes – ambiental, socioeconômico e cultural – que podem servir de base a um processo de desenvolvimento inclusivo, sustentável e justo (BRASIL, 2005). Para Brandão (2004, p. 69), as políticas voltadas ao desenvolvimento precisam “reduzir disparidades inter-regionais, combatendo o fosso entre as regiões e ampliando a autodeterminação daquela comunidade”. Para tanto, essas políticas precisam considerar o seu contexto territorial, não somente no âmbito local, mas fundamentalmente no âmbito mesorregional.

Contudo, para Polèse (1998, p. 163), os benefícios resultantes do desenvolvimento de políticas e ações econômicas não se repartem de forma igual:

[...] em todos os países pode-se observar disparidades econômicas entre as regiões. O que se entende por “disparidades”? [...] A expressão “disparidades regionais” é habitualmente utilizada para designar as desigualdades regionais de bem-estar ou de desenvolvimento entre as regiões. [...] Falar das disparidades regionais que existem num país significa, geralmente, julgá-las inaceitáveis.

Para Veiga (2000), este processo de disparidades regionais existe nas três categorias (modelos) de divisão do espaço territorial e populacional, ou seja, as regiões classificadas como ‘essencialmente rurais, relativamente rurais e essencialmente urbanas’. Estes três tipos de regiões são basicamente compostos de diferentes proporções de espaços rurais e concentrações urbanas. Por sua vez, Brandão (2004, p.65) enfatiza que a divisão territorial do trabalho é caracterizada por: “1) áreas deprimidas ou pouco dinâmicas [...]; 2) presença da região polar e núcleo central da economia brasileira; e 3) aparecimento ou fortalecimento de diversas sub-regiões no interior das cinco macrorregiões brasileiras”. Por fim, estas divisões acabam por relacionar a categoria de espaço territorial e populacional, com a divisão territorial do trabalho (dinâmica econômica), descrevendo a transformação na estrutura dos territórios, onde algumas regiões ganharam e outras perderam, numa economia globalizada.

Por esta razão, a distribuição territorial da economia não é homogênea, aparecem regiões (com setores e atividades desenvolvidas), enquanto que outras ficam excluídas do processo. Evidências nos fazem crer que o ‘desenvolvimento desigual’ que ocorre num território tem como causa, as suas características regionais, as relações inter e intra-escalares e a falta de políticas públicas eficientes, além da forma como o processo de globalização foi orientado a se desencadear. Neste sentido, busca-se aqui, promover o desenvolvimento das chamadas “regiões rurais”, a partir da priorização de uma de suas potencialidades: o setor agrícola, especialmente a agricultura familiar, possibilitando maior equidade regional.

Por sua vez, a expressão agricultura familiar surge no Brasil a partir de meados da década de 1990, em virtude de diversos eventos com significativo impacto social e político no meio rural, principalmente no eixo Centro-Sul do Brasil, possibilitando a consolidação dos movimentos sociais no campo e a criação do Pronaf e da Lei Federal nº 11.326, de 24 de junho de 2006. A denominada Lei da Agricultura Familiar considera agricultor ou empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, cuja área não exceda a quatro módulos fiscais, cuja mão de obra seja desempenhada pela própria família e a renda familiar tenha um percentual mínimo originado dessas atividades (BRASIL, 2006).

Conforme dados da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (2012), a agricultura familiar responde por “mais de 80% da ocupação no setor rural do Brasil, gerando sete de cada dez empregos no campo e, em torno de 40% da produção agrícola. A maior parte

dos alimentos dos brasileiros, na atualidade, é oriunda das pequenas propriedades” (SANGALLI; SCHLINDWEIN, 2013, p. 83). Além disso, este modelo produtivo favorece a adoção de práticas com menor utilização de insumos industriais, maior diversificação de cultivos e manutenção da diversidade genética.

A agricultura familiar vem ganhando cada vez mais expressividade, impulsionada pela intensificação das políticas públicas federais (SANGALLI; SCHLINDWEIN, 2013). Riedel (2013) enfatiza que qualquer atividade agropecuária [inclusive a agricultura familiar] está inserida no agronegócio. Sendo assim, a produção agrícola familiar colabora com o agronegócio brasileiro, gerando renda e trabalho a um grande número de famílias de pequenos agricultores que dependem exclusivamente da terra para a sua sobrevivência (SANGALLI; SCHLINDWEIN, 2013). Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário [MDA], a agricultura familiar

[...] é responsável por cerca de 60% dos alimentos que chegam à mesa das famílias brasileiras, representando 85% dos municípios rurais do país. Também corresponde a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e responde por 77% das ocupações produtivas e empregos no campo (SANGALLI; SCHLINDWEIN, 2013, p. 85).

Na região sul do Brasil, o total de estabelecimentos familiares corresponde a 90,5%, representando 83,9% do pessoal ocupado e 51,7% do valor bruto da produção agropecuária regional. Entretanto, na agricultura familiar brasileira, os dados que chamam a atenção, são a heterogeneidade e a expressiva participação no emprego agropecuário, além do elevado número de estabelecimentos considerados de baixa renda. Complementando o exposto, vale destacar que “a agricultura familiar é mais diversificada do que a patronal, desenvolvendo tanto atividades de maior valor agregado e de maiores requerimentos tecnológicos, como as que requerem menores áreas ou tipicamente de subsistência” (SILVEIRA, 2005, p. 26). Neste sentido,

[...] as melhores dinâmicas de desenvolvimento estão ocorrendo em regiões que possuem uma agricultura familiar consolidada, combinada a um processo de urbanização e industrialização endógeno, descentralizado e promissor. Estas regiões são as únicas que tem conseguido estabelecer um processo de desenvolvimento mais equilibrado, com geração de emprego em várias atividades, absorvendo tanto os excedentes de mão-de-obra da área rural local, quanto de outras regiões. [...] a agricultura predominantemente familiar, consolidada e diversificada,

constituiu-se num grande mercado interno, consumidor e fornecedor de matérias primas e mão-de-obra para a indústria local (VEIGA, 2000, p. 179-180).

Tanto que no meio rural brasileiro, é cada vez mais consensual a sua importância na geração de emprego e renda, tendo suas políticas públicas como marco fundamental para o desenvolvimento rural (SIMIONI, 2013). Para Silveira (2005, p. 29), tudo aponta para a manutenção destas políticas, devido ao fato da agricultura familiar apresentar “alta eficiência no uso do fator terra, uma vez que a sua renda total por hectare/ano é mais do que o dobro do patronal. Além disto, é responsável por um grande número de postos de trabalho no meio rural”. Entretanto, o que ainda faz falta é um arranjo institucional que ajude a promover articulações intermunicipais, que podem diagnosticar os principais problemas rurais e regionais, planejando ações de desenvolvimento integrado e captar recursos necessários (VEIGA, 2001a, 2001b). Complementando esta solução, o papel do poder público deve ser o de estimular iniciativas que contribuem para a articulação destas regiões.

Dessa forma, um plano de desenvolvimento que possa atender os mais de 4.500 municípios brasileiros, considerados ‘rurais’, deve preocupar-se com o dinamismo econômico esocial, além da preservação dos aspectos ambientais e culturais de possíveis articulações intermunicipais e interestaduais. Da mesma forma, o plano deve priorizar a sinergia entre a sociedade regional e seus setores produtivos como a agricultura familiar, promovendo novas alternativas de exploração das vantagens comparativas e competitivas desses territórios.

Neste sentido, a política pública das Mesorregiões Diferenciadas reflete um conjunto amplo de ideias que vêm sendo sugeridas há algum tempo por especialistas em desenvolvimento regional, da região e do MI. Estes, entendem como necessário levar em conta as suas características sub-regionais, priorizando principalmente, as potencialidades regionais e culturais, considerando assim, diversos aspectos não observados nas demais políticas públicas. Desta forma, fica clara a relevância do setor agrícola e, principalmente da agricultura familiar, no processo de desenvolvimento dessa região. Entretanto, não se busca que a região seja dependente do setor primário, mas sim, que este setor contribua para maior dinamicidade econômica da região.

A prioridade estratégica da política pública da MESOMERCOSUL é proporcionar o Desenvolvimento da Agricultura Familiar e do Agronegócio (PERIN;

BONETTI; DAMO, 2003). Portanto, para a região, não resta dúvida de que o seu desempenho socioeconômico depende de uma forte articulação regional, priorizando o seu maior potencial. Assim, em todas as regiões do país já existem inúmeras tentativas informais de se estabelecer pactos e até algumas iniciativas de criação de consórcios intermunicipais de desenvolvimento. Para Simões (2005, p. 232), os pontos centrais para viabilizar uma política de desenvolvimento regional são os seguintes:

- a) retomada do planejamento nacional;
- b) estabelecimento de uma nova regionalização para fins de planejamento, estabelecendo as diferentes escalas de atuação para a política regional;
- c) centralização, em um Fundo Único de Desenvolvimento Regional, dos recursos orçamentários destinados ao desenvolvimento regional;
- d) eliminação da Guerra Fiscal, com atuação reguladora do Governo Federal;
- e) políticas tecnológicas regionalizadas em consonância com as especificidades regionais;
- f) política urbana em articulação com instrumentos regionais;
- g) preservação ambiental;
- e, h) ênfase na integração nacional e com a América do Sul.

Apesar da amplitude de aspectos, uma PNDR que considera a diversidade brasileira deve ser encarada como uma potencialidade e não como problema. Assim, a PNDR constitui o processo de pensar o planejamento regional, englobando todos os territórios nacionais, “permitindo que as ações e os programas implementados sejam regulados a partir de um referencial nacional comum, capaz de produzir os efeitos desejados na redução das desigualdades regionais” (MENDES; MATTEO, 2011, p. 277). Neste sentido, no capítulo a seguir, é apresentada a política pública de desenvolvimento das mesorregiões diferenciadas, em especial a MESOMERCOSUL, que apesar de não seguir a tradicional escala, local-regional, sua ampla diversidade, tem proporcionado excelentes resultados com relação ao processo de desenvolvimento.

3 CONTEXTO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO

A política pública das Mesorregiões Diferenciadas abrange as cinco macro regiões do território nacional, conta com população estimada em 26.824.431 habitantes e uma abrangência territorial de 1.546.797,60 Km², possuindo assim, a densidade demográfica média de 17,34 habitantes por Km² em suas treze regiões (MORAES; LOURO, 2003). Estes territórios compreendem, em sua maioria, as atividades tradicionais, intensivas em força de trabalho pouco qualificado, verificando-se em muitos casos, sucateamento

e/ou degradação progressiva da atividade econômica, sendo muitas vezes, considerados territórios “problemáticos”.

Historicamente, os processos de desenvolvimento eram de âmbito nacional, porém, com o passar do tempo, este foco passou para uma escala menor, para o âmbito local ou regional. Entretanto, nesta política propõe-se a adoção de um nível intermediário, o das *mesorregiões* (grandes regiões, com características semelhantes). No âmbito deste estudo, essas regiões são denominadas *diferenciadas*, possuindo recorte territorial ajustado às características e interesses da comunidade.

Esta política mesorregional, propõe uma nova visão de desenvolvimento. Em virtude, da maior atenção às forças endógenas do sistema mesorregional, possibilitando relações de desenvolvimento, num sistema classificado como de “baixo para cima”, ou seja, proveniente das deliberações dos atores da região. Seguindo hierarquia local/regional/mesorregional/nacional que propicia alternativas de desenvolvimento a partir da exploração das potencialidades do território. A mesma segue as orientações de experimentos bem sucedidos, como nos casos clássicos dos Distritos Industriais – DI (italianos), Sistemas Produtivos Regionais – SPR, Arranjos Produtivos Locais - APLs ou até mesmo os Clusters. Neste sentido, estas políticas de desenvolvimento, no atual cenário globalizado, passam a assumir uma expressão regional explícita, atestando a importância da integração das regiões como elemento-chave.

Segundo o então Ministro do MI Sr. Ciro Ferreira Gomes,

Há muito tempo que o país sonha com o momento de poder pensar novamente, com determinação, seu desenvolvimento [...], de redesenhar projetos e reconstruir consensos em torno de novas ideias-força, capazes de nos conduzir a uma etapa de progresso, bonança e prosperidade. Penso que esse momento chegou [...]. O desafio é, portanto, vir a estruturar uma política pública com a chancela dos poderes constituídos, dos entes federados e das forças sociais [...]. A Política está voltada para a redução das desigualdades regionais e também para a ativação das potencialidades de desenvolvimento das regiões brasileiras. O ponto central da estratégia é valorizar a magnífica diversidade regional do país, a qual se desdobra em múltiplas dimensões – ambiental, socioeconômica e cultural – e é capaz de servir de base para um desenvolvimento incluyente e sustentável, levando, dessa forma, à estruturação de uma sociedade mais justa (BRASIL, 2005, p. 4-5).

Atualmente, na política das Mesorregiões Diferenciadas, foram priorizadas ações em treze regiões do território brasileiro, sendo que as respectivas localizações estão demonstradas na Figura 1.

Este modelo de desenvolvimento mesorregional, proposto pelo MI para a mesorregião diferenciada MESOMERCOSUL, tem como propósito, proporcionar à sua população, o gerenciamento de ações articuladas e integradas de desenvolvimento regional; a partir da atuação conjunta de seus entes públicos e privados, e no elevado grau de planejamento regional de suas ações. Por isso, acredita-se que o contexto histórico de associativismo e cooperativismo desenvolvido nos estados do sul do Brasil facilita o processo participativo desta política pública mesorregional. O traço cultural da região, forjado nas dificuldades iniciais do processo de colonização, face à escassa presença dos poderes e investimentos públicos, fez com que seus habitantes tivessem que contar com as suas próprias forças para assegurar a sua sobrevivência; surgindo inúmeras instituições de caráter associativo, cooperativo e comunitário, entre as quais destacam-se as cooperativas de produtores rurais e Universidades Regionais Comunitárias.

Por este motivo, a MESOMERCOSUL constitui-se como primeira Mesorregião Diferenciada a formalizar juridicamente o seu Fórum de Desenvolvimento³. Desta forma, destaca-se entre as demais mesorregionais brasileiras, apresentando-se como alternativa para a construção de uma sociedade mais próspera, justa e solidária. Isto foi possível a partir de iniciativas de instituições regionais, como os Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDES no Rio Grande do Sul (RS), Associações de Municípios e Agências de Desenvolvimento nos Estados de Santa Catarina (SC) e Paraná (PR), além das Universidades Regionais e às administrações públicas em nível federal, estadual e municipal. O recorte territorial da MESOMERCOSUL compreende 396 municípios, sendo 223 no norte do RS, 131 no oeste de SC e 42 no sudoeste do PR (FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM, 2014), numa área total de 120.763 km² e população de 3.815.791 habitantes (estimativa de 2007 – IBGE) (BRASIL, 2009). O recorte territorial da MESOMERCOSUL está representado na Figura 2, demonstrando as divisões estaduais e o país vizinho ao território.

³No dia 28 de novembro de 2002, realizou-se na cidade de Erechim (RS) o ato histórico de constituição e instalação do Fórum de Desenvolvimento, formalizado através da CARTA DA MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL (BRASIL, 2007; LIMA et al., 2012).

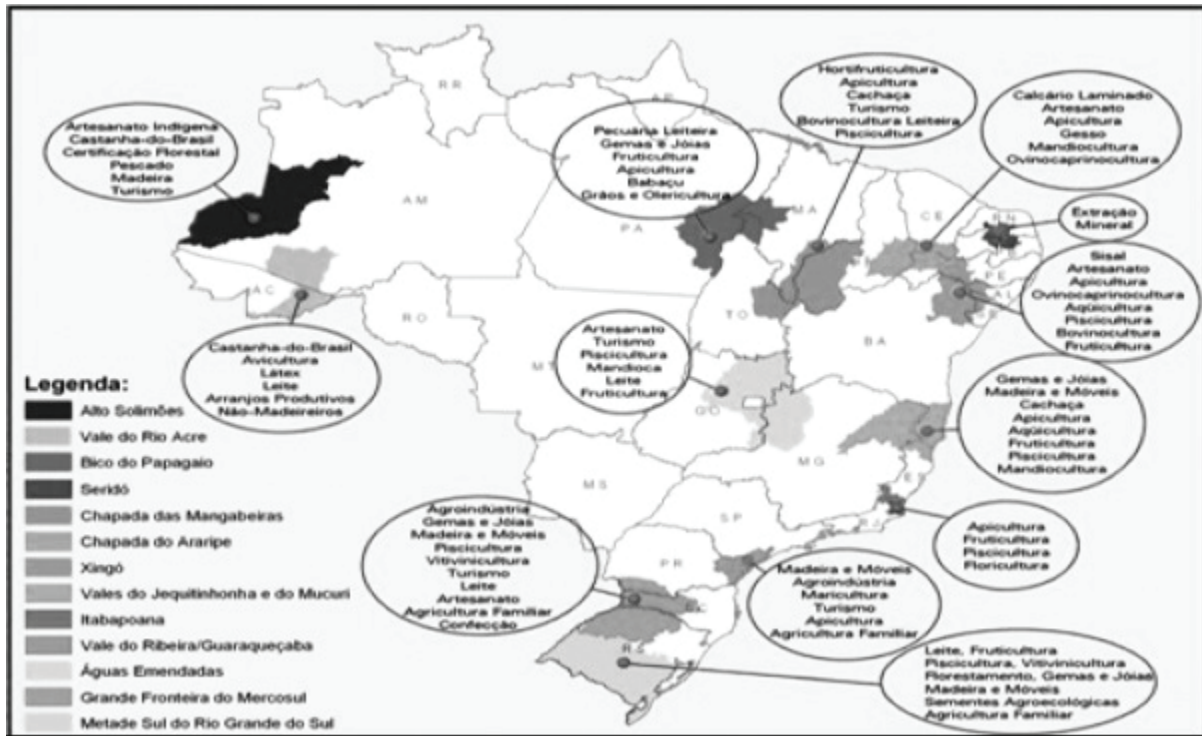


FIGURA 1 – Mesorregiões Diferenciadas: Escala Sub-Regional Programas Mesoregionais
Fonte: Brasil (2009)



FIGURA 2 – A Mesorregião Diferenciada MESOMERCOSUL
Fonte: Girardi (2010)

O processo da MESOMERCOSUL teve início na década de noventa. Compreendeu uma tentativa de mobilizar, articular, consolidar e integrar municípios dos três Estados da região Sul do país, com o objetivo de promover o desenvolvimento de uma mesorregião, com densidade demográfica de 29,04 habitantes por km² no ano de 1998, um índice 34,81% superior a média brasileira (MORAES; LOURO, 2003). Para tanto, foi fundamental a organização e articulação dos agentes das três esferas do poder público e a sociedade civil, para consolidar este novo modelo de desenvolvimento mesorregional, constituído de forma harmônica e sustentável, que visa proporcionar melhores condições de vida à população, a partir da autonomia na sua gestão.

Neste sentido, um dos desafios para o processo de desenvolvimento constitui-se na consolidação de um espaço institucional que incorpore a dimensão regional. Na sequência, deve articular os eixos estratégicos comuns, constituindo-se não apenas em uma possibilidade de desenvolver políticas de caráter regional, mas de possibilitar que a região assuma a autonomia de seu processo de desenvolvimento, através do campo político e administrativo, fomentando e conduzindo assim os seus interesses. Entre os propósitos da MESOMERCOSUL, citam-se: (i) o planejamento de alternativas que garantem o desenvolvimento do território, através dos esforços conjuntos de seus parceiros, principalmente agentes da sociedade civil; e (ii) a promoção da construção de uma estrutura coletiva e organizada; avaliando, desta forma, as suas potencialidades regionais, por forma a garantir melhores condições de vida à comunidade.

Isto fez com que surgissem novas alternativas de produção agrícola, visando a construção de uma nova configuração do espaço rural, num contexto de interação, de forma intensa com a política pública de desenvolvimento das mesorregiões diferenciadas, em especial a MESOMERCOSUL; principalmente por constituir-se numa região extremamente dependente do setor primário, além de ser composta, principalmente por minifúndios (pequenas propriedades agrícolas); resultando em forte participação da agricultura familiar no seu processo de desenvolvimento. Em virtude do exposto, é descrito a seguir o processo inicial de modernização da agricultura brasileira e sua consequente (in)sustentabilidade, devido aos impactos socioambientais gerados por este processo.

4 “MODERNIZAR” A CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO RURAL MESORREGIONAL?

De acordo com Martine (1989), as etapas de modernização da agricultura brasileira no período de 1965 a

1989 são a modernização conservadora; o período de crise e retração; e a recuperação e as supersafras. A primeira etapa, período compreendido entre a metade dos anos 1960 até o final da década de 1970, caracteriza-se pela intervenção de uma política agrícola que visava promover o crescimento da atividade agropecuária, através da expansão e diversificação das exportações, a consolidação do parque industrial, além de assegurar o abastecimento doméstico. Neste período, ocorreu a introdução dos pacotes tecnológico da “Revolução Verde” e do crédito rural subsidiado, resultando em profundas transformações no cenário agrícola. Esse processo de ‘modernização’ estimulou o “deslocamento da produção para novas áreas de cultivo e de criação, denominadas fronteiras agrícolas” (ROCHA; SANTOS; ROSADO, 2013, p. 426).

Por sua vez, Melo (2011) enfatiza que esta expansão das fronteiras agrícolas, juntamente com a instauração de um estilo de desenvolvimento visando à ‘modernização da agricultura’, resultou em grandes alterações na forma de produzir e nas relações do setor agrícola com os demais segmentos da economia.

Entre 1980 e 1984, viveu-se um período de crise e retração da agricultura devido às crises macroeconômicas, às mudanças estruturais e da conjuntura econômica. A agricultura como um todo perdeu o tratamento preferencial que desfrutava em suas relações com o setor financeiro. Isto dificultou a manutenção e condução do modelo de política de expansão da agricultura até então vigente, intensificou o desequilíbrio entre a produção voltada para a exportação e a produção para o mercado interno, além de reduzir o ritmo da ‘modernização agrícola’.

Entretanto, este período “teria reaberto certo espaço para o pequeno produtor e para a produção de subsistência. No contexto da crise, esse espaço pode ter sido bastante importante para a sobrevivência de um contingente significativo de pequenos produtores e da mão-de-obra rural” (MARTINE, 1989, p. 13).

Por fim, no período de 1985 a 1989, teve início o processo de recuperação a partir de ações voltadas a solucionar problemas conjunturais, com medidas nem sempre consistentes entre si e em longo prazo.

Posteriormente, estimulou-se a política de garantia de preços mínimos e a contração do crédito subsidiado. Porém, nos anos 1990, o modelo de “modernização” entrou novamente em crise. Para Silva (1996), o termo modernização tem utilização muito ampla, refere-se tanto às transformações capitalistas na base técnica da produção como à passagem de uma agricultura “natural” para uma que utiliza insumos industrializados.

Para Martine (1989), este processo de transformação capitalista da agricultura no Brasil, tem como consequências mais visíveis: 1) aumento da produtividade e da eficiência, integração crescente dos capitais, tanto industrial, financeiro e comercial, e o estabelecimento de complexos agroindustriais; e 2) extrema concentração fundiária, estabelecimento da monocultura como prioridade econômica, êxodo rural, explosão demográfica urbana, intensificação de trabalho temporário mal remunerado e a intensificação da destruição dos recursos naturais.

Com relação ao segundo aspecto, existe uma ampla discussão “sobre a (in)sustentabilidade da agricultura moderna, na qual muitos defendem a mesma, sob a perspectiva de que os novos aprimoramentos continuam a torná-la cada vez mais eficiente”. Entretanto, esta será a solução de nossos problemas ambientais ou apenas otimismo exagerado, a respeito dos efeitos colaterais, em grande medida “provocados pelo mau uso das tecnologias disponibilizadas” (FLORIT, 2005, p. 84).

Uma análise crítica desse processo de modernização da agricultura brasileira considera que o padrão tecnológico implantado direcionou-se basicamente para culturas destinadas à exportação, utilizando tecnologias avançadas, que geram resposta mais rápida aos incentivos concedidos. No mesmo contexto, favoreceu os latifundiários (em função do estímulo a concentração fundiária) e dificultou as condições estruturais, dos pequenos produtores familiares, os quais mantêm-se defasados em relação a estas unidades modernizadas.

Em virtude do exposto, pode-se enfatizar que a agricultura moderna atingiu o sucesso, em grande parte, a partir da deterioração de sua base, o pequeno produtor rural. Para Florit (2005), a agricultura moderna é questionável em virtude das consequências indesejáveis, especialmente relativos a riscos ambientais, sociais e alimentares, resultantes da sua produção. Por esta razão, Gliessman (2000) enfatiza que a agricultura moderna é insustentável, visto que não pode continuar a produzir comida suficiente para a população global, em longo prazo, porque deteriora as condições que a tornam possível.

Por fim, durante as décadas de 1980 e 1990, a introdução em pontos isolados, das chamadas “novas tecnologias”, que se expandiam em países desenvolvidos, resultou numa modernização cada vez mais excludente (TEIXEIRA, 2005). Em muitos casos isso dificultou e até inviabilizou as condições de trabalho de uma parcela significativa dos produtores rurais da MESOMERCOSUL. Entretanto, em virtude deste cenário, surgiu como alternativa a diversificação das atividades produtivas da região, em especial as agroindústrias, ponto chave do direcionamento definido pela MESOMERCOSUL para seus projetos de desenvolvimento.

4.1 Impactos Socioambientais da Modernização

O aumento populacional impulsionou avanços científicos e inovações tecnológicas, para que fosse atendido o aumento na demanda por alimentos. Para tanto, foram desenvolvidas seis práticas, entre elas: cultivo intensivo do solo; monocultura; irrigação; aplicação de fertilizantes; controle químico de pragas e manipulação genética de plantas cultivadas (GLIESSMAN, 2009). Porém, este processo de agricultura ‘moderna’ que visava maximizar a produção de alimentos e principalmente, seu lucro, contribuiu infelizmente para a degradação dos recursos naturais.

Por este motivo, nas últimas décadas, teve início o processo de repensar a sustentabilidade deste modelo de agricultura, devido à intensificação dos problemas ambientais globais (TOMÁS et al., 2009). É necessário, por conseguinte, considerar que o crescimento econômico baseado na exportação, principalmente em territórios que priorizam a produção de produtos agrícolas (commodities), como a soja, resulta em degradação do solo, não devendo esta ser atribuída à pressão da população sobre os recursos, mas sim, da pressão da produção sobre os recursos. Neste cenário, em prol da riqueza de alguns exportadores, sacrifica-se a produção de cereais e leguminosas básicas para a alimentação local.

Desta forma, a discussão sobre a noção de capacidade de sustento acaba convertendo-se numa discussão econômica sobre a valorização atual de fenômenos futuros incertos, permitindo a degradação dos recursos em troca de ganhos econômicos, normalmente de poucos. Neste sentido, numa economia aberta, os recursos considerados ‘limitantes’ num país ou em ‘excesso’ noutro, possuem importância e valorização distinta. Entretanto, ainda não está claro como medir o seu valor ‘ecológico’, principalmente numa economia como a brasileira, produtora de ‘produtos primários’, onde os preços atuais cobrados não medem adequadamente o valor da escassez futura de recursos, nem incorporam o valor dos prejuízos atuais e futuros de contaminação.

4.2 Alternativas Sustentáveis de Desenvolvimento Rural

“Em meados dos anos 80, as evidências da degradação ambiental [...] motivaram um grande número de pesquisadores e produtores a repensar os fundamentos da agricultura moderna” (EHLERS, 1996, p. 106), em virtude da utilização de agrotóxicos, que promoveram fortes impactos socioambientais no meio agrícola, contribuindo assim, para corroer a confiança deste modelo de produção

de alimentos (CICCONETO; VERDUM, 2012). Deste modo, surge espaço para novas compreensões e práticas sobre agricultura, que seja mais harmônica com a natureza, buscando proporcionar sustentabilidade.

Esses movimentos de busca por uma alimentação que novamente possa se tornar confiável tem um ponto de partida, qual seja, a contestação do modo como é produzida a alimentação na chamada agricultura moderna. Com efeito, é a partir da crítica à agricultura moderna que outras práticas na produção de alimentos têm emergido como alternativas, propondo oferecer uma alimentação que, através de uma operacionalidade contrária à tentativa de domínio humano sobre a natureza, garanta as expectativas de segurança dos indivíduos (FLORIT, 2005, p. 81).

As correntes alternativas, em oposição à agricultura “moderna” ou “convencional”, são bastante diversas, sendo geralmente analisadas em quatro categorias principais de agricultura: orgânica, biológica, biodinâmica e natural. No Quadro 1, Florit (2005) sintetiza as diferentes formas de “fazer agricultura”, levando em consideração o fundamento teórico, ideia de natureza e concepção normativa.

De acordo com o mesmo autor, estas categorias de agricultura alternativa não esgotam a diversidade de modelos possíveis. Além disso, quando as técnicas alternativas propõem outros modos de semear, de cuidar e de colher, estão propondo muito mais do que meros procedimentos

técnicos para produzir alimentos. Estão reestruturando a forma como a mesorregião pensa a sua produção e a forma de desenvolvimento mesorregional, especialmente neste territorial, fortemente dependente do setor primário.

Neste sentido, é urgente harmonizar a produção, a conservação ambiental e a viabilidade econômica da agricultura, propondo alternativas de engajamento entre os seres humanos e o meio social e natural, contribuindo para a consolidação do processo de desenvolvimento das mesorregiões diferenciadas. A seguir, são apresentados alguns resultados deste processo, a partir uma série de projetos alternativos na MESOMERCOSUL, que buscam diversificar o setor produtivo da região, engajando a comunidade regional, especialmente a rural, na geração de alternativas de trabalho e renda.

5 AVANÇOS DA MESOMERCOSUL

Nesta seção desenvolve-se um breve relato dos resultados desta “dinâmica”, a partir de projetos financiados pelo MI. Estes projetos surgiram a partir de demandas identificadas pelos agentes da MESOMERCOSUL, sendo priorizado, neste contexto, o tema do desenvolvimento da agricultura familiar, fomentando ações na formação de agroindústria, fruticultura (vitivinicultura), piscicultura, nos setores moveleiros, lapidação e artesanato mineral e turísticos. No Quadro 2, são sinteticamente sistematizadas ações desenvolvidas durante o período de 2001 a 2006, na Mesorregião Diferenciada MESOMERCOSUL.

QUADRO 1 – Modelos de Agricultura

Tipos de Agricultura	Fundamento Teórico	Ideia de Natureza	Concepção Normativa
Moderna	Mecanicismo	Natureza mecânica. Composta por elementos físico-químicos.	Controlar a natureza.
Orgânica	Experiência da agricultura Tradicional e História biológica (evolucionismo).	Natureza biológica. Composta por organismos vivos.	Produzir alimentos saudáveis e outras concepções ocasionais.
Biológica	Ciência biológica (trofobiose)	Natureza biológica. Composta por organismos vivos.	Ambientalismo político.
Biodinâmica	História natural (evolucionismo); Doutrinas metafísicas diversas; Verificação empírica por parte dos seus adeptos.	Natureza metafísica. Composta por organismos vivos e pela influência de forças não reconhecidas pela ciência moderna.	Produzir alimentos saudáveis e evoluir material e espiritualmente.
Natural	Taoísmo; Budismo; Insights da “natureza” da mente; Experiências da agricultura tradicional.	A Natureza é a ordem espontânea de todas as coisas.	Não contaminar, Não interferir, Não fazer.

Fonte: Adaptado de Florit (2005)

QUADRO 2 – Relação dos Projetos apoiados na MESOMERCOSUL no período de 2001 a 2006

Projeto	Ano	Objetivos	Público-alvo	Valor (R\$)
Capacitação de Recursos Humanos	2001	Capacitação em diversas frentes (...)	Comunidade regional	648.818,00
Apoio ao Turismo da Mesorregião	2001	Realização do Inventário e/ou sistematização de Informações sobre a oferta turística na Mesorregião		300.128,00
		Capacitação e treinamento para empresários e mão-de-obra do setor turístico		
Fortalecimento de agroindústrias familiares	2003	Desenvolvimento de campanhas promocionais e material publicitário dos produtos turísticos da Mesorregião		809.000,00
		Organização e mobilização comunitária visando a Consientização e coleta de subsídios para elaboração do Diagnóstico regional		
Fortalecimento de agroindústrias familiares - Rio Grande do Sul	2004	<ul style="list-style-type: none"> · Implantar e modernizar pequenas unidades agroindustriais na MESOMERCOSUL; · Melhorar a capacidade gerencial de agroindústrias já implantadas; · Equacionar aspectos legais para adequar as agroindústrias à Inspeção Estadual; · Adquirir equipamentos para a implantação e modernização de unidades agroindustriais; · Capacitar tecnicamente os agentes para melhorar a qualidade dos produtos; · Organizar a situação de comercialização dos produtos das agroindústrias; · Elaborar e implementar o plano de Marketing dos empreendimentos apoiados. 	51 Agroindústrias familiares dos setores de leite, carnes e frutas	1.400.000,00
		Ampliação do projeto iniciado em 2003. Os objetivos são os mesmos	70 Agroindústrias familiares dos setores de leite, carnes e frutas	
Fortalecimento de agroindústrias familiares - Santa Catarina	2004	Ampliação do projeto iniciado em 2003. Os objetivos são os mesmos	60 Agroindústrias familiares dos setores de leite, carnes e frutas	1.150.000,00
Fortalecimento de agroindústrias familiares - Paraná	2004	Ampliação do projeto iniciado em 2003. Os objetivos são os mesmos	30 Agroindústrias familiares dos setores de leite, carnes e frutas	450.000,00

Continua...

QUADRO 2 – Continuação.

Projeto	Ano	Objetivos	Público-alvo	Valor (R\$)
Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local de Móveis na região Oeste de Santa Catarina	2004	<ul style="list-style-type: none"> · Implantar instrumentos que incentivem a cooperação entre as empresas do APL; · Difundir as novas tecnologias de máquinas e equipamentos; · Propiciar o acesso a novas tecnologias de processos de produção; · Implantar programas de capacitação de recursos humanos para o APL. 	356 empresas do polo moveleiro do oeste catarinense	500.000,00
Sinalização Turística na Região das Missões Jesuíticas	2004	Implantar o projeto de Sinalização da Rota Missões que tem por finalidade orientar, regulamentar e advertir os usuários das rodovias, de forma a transmitir mensagens, tornando mais eficiente e segura a utilização das mesmas.	O projeto trata de sinalização turística. É difícil indicar o público alvo mas, pode-se informar que 22 municípios são impactados diretamente pelo projeto	700.000,00
Fortalecimento da Piscicultura	2005	<ul style="list-style-type: none"> · Realização do cadastramento dos produtores de peixe; · Capacitação de produtores e extensionistas em modernas técnicas de produção; · Organização e capacitação de produtores em gestão associativa e cooperativa para comercialização de peixe; · Aquisição de equipamentos para técnicos de cooperativas e associações; · Aquisição de máquinas e equipamentos para processamento de pescado. 	120 Municípios localizados na mesorregião, com atendimento a, no mínimo, 200 agricultores familiares/associativos	700.156,00
Fortalecimento da Vitivinicultura no Sudoeste do Paraná	2005	<ul style="list-style-type: none"> · Capacitar produtores de uva da região visando a promoção do associativismo/cooperativismo; · Realizar curso profissionalizante para processamento da uva; · Realizar curso de boas práticas de fabricação – BPF; · Adquirir máquinas e equipamentos para instalação da unidade de beneficiamento de uva; · Realizar curso de administração financeira como suporte a atividade de produção de vinhos e sucos. 	5 Municípios, e indiretamente outros 37, localizados na porção paranaense da mesorregião, com o atendimento ao público alvo formado, envolvendo aproximadamente 150 famílias e 700 pessoas	445.600,00

Continua...

QUADRO 2 – Continuação.

Projeto	Ano	Objetivos	Público-alvo	Valor (R\$)
Desenvolvimento do APL da Vitivinicultura em Santa Catarina	2005	<ul style="list-style-type: none"> · Capacitar produtores de uva da região visando a promoção do associativismo/cooperativismo; · Realizar cursos profissionalizantes para o processamento da uva; · Realizar cursos sobreboas praticas de fabricação – BPF; · Adquirir máquinas e equipamentos para a instalação da unidade de beneficiamento de uva; · Realizar curso de administração financeira como suporte a atividade de produção de vinhos e sucos. 	8 Municípios localizados na porção catarinense da mesorregião – Planalto Sul, com o atendimento ao público alvo formado por 60 integrantes da Cooperativa Coplasc, envolvendo aproximadamente 130 famílias e 650 pessoas	350.000,00
Projeto de lapidação e artesanato mineral	2005	<ul style="list-style-type: none"> · Propiciar a agregação de valor à matéria-prima, por meio de processos diversos de beneficiamento; · Aumentar a oferta de produtos diferenciados, buscando alternativas para a sua absorção nos mercados interno e externo; · Criar alternativas de aproveitamento dos resíduos e rejeitos, contribuindo para a redução dos impactos ambientais causados pelas atividades de mineração e industrialização; · Prover a formação profissional para a lapidação de gemas (cabochões e facetadas), artesanato mineral (objetos utilitários e adornos) com qualidade e design inovador; · Apoiar os processos coletivos de aprendizagem, produção e comercialização, integrando-os entre si. 	7 Municípios localizados na porção gaúcha da mesorregião – Região de Ametista do Sul, com o atendimento a um público alvo formado por cerca de 2.200 garimpeiros	450.000,00
Modernização do centro de serviços/profissionalizante de movelaria	2005	Aquisição de 1 Centro de usinagem e furação CNC	356 empresas do polo moveleiro do oeste catarinense	355.000,00
Fortalecimento da Vitivinicultura no Sudoeste do Paraná	2006	Ampliação do projeto iniciado em 2005. Os objetivos são os mesmos.	Omesmo público do projeto iniciado em 2005	270.000,00

Continua...

QUADRO 2 – Continuação.

Projeto	Ano	Objetivos	Público-alvo	Valor (R\$)
Fortalecimento de pequenas agroindústrias familiares: componentes de gestão empresarial e apoio a setor lácteo	2006	. Promover a adequação dos processos de armazenamento da produção leiteira na Mesorregião GFM - Porção oeste de Santa Catarina por meio da instalação de tanques de expansão (27 tanques) . Adequar a produção de leite da região à instrução normativa nº 51, de 18 de setembro de 2002; . Implantar o plano de desenvolvimento empresarial nas agroindústrias familiares.	340 famílias beneficiadas, totalizando cerca de 1700 pessoas	940.000,00
Fortalecimento do Artesanato na Região da Amosc, Oeste de Santa Catarina – SC	2006	Aquisição de máquinas de costura, teares e cardadeiras, além da capacitação para a produção e aprimoramento do artesanato regional.	880 pessoas beneficiadas diretamente	100.000,00
Fortalecimento de pequenas agroindústrias familiares: apoio ao setor lácteo (2ª etapa)	2006	. Promover a adequação dos processos de armazenamento da produção leiteira na MESOMERCOSUL - Porção oeste de Santa Catarina por meio da instalação de tanques de expansão (12 tanques); . Adequar a produção de leite da região à instrução.	90 famílias beneficiadas, totalizando cerca de 450 pessoas	500.000,00
Apoio ao desenvolvimento da Fruticultura na MESOMERCOSUL - Macro Norte /RS	2006	Aquisição de equipamentos para a Fábrica de Pó de Frutas.	900 agricultores familiares	486.000,00
TOTAL DOS PROJETOS				10.554.702,00

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Relatório Interno do MI, produzido por Marcelo Ribeiro Moreira, no período Diretor do Departamento de Programas das Regiões Sul e Sudeste, da SPR/MI

A partir deste conjunto de ações, a política pública das Mesorregiões Diferenciadas atingiu uma de suas premissas: fomentar o processo de desenvolvimento socioeconômico da região, principalmente com relação a uma de suas principais potencialidades, a Agricultura Familiar. Apesar desta dinâmica de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional ainda ser uma ação relativamente nova, evidências “in loco” mostram que vem contribuindo para o desenvolvimento mesorregional.

5.1 Distribuição Espacial dos Projetos

Na Figura 3 é demonstrada a distribuição espacial de projetos executados na MESOMERCOSUL. Estes projetos foram elaborados nas Comissões Temáticas do Fórum de Desenvolvimento e criados com o objetivo de fomentar alternativas de desenvolvimento relacionadas às potencialidades regionais, principalmente com relação à: 1) agroindústria (fortalecimento da agroindústria familiar); 2) madeira e móveis (desenvolvimento do APL de móveis e modernização do centro de movelaria); 3) turismo (sinalização turística da região das missões jesuíticas e apoio

ao turismo em geral); 4) piscicultura (fortalecimento da piscicultura); 5) vitivinicultura (fortalecimento da vitivinicultura); 6) gemas e joias (lapidação e artesanato mineral); 7) leite (fortalecimento de pequenas agroindústrias familiares: apoio ao setor lácteo); e 8) artesanato (fortalecimento do artesanato na região da Associação de Municípios do Oeste de SC [AMOSOC]).

Neste sentido, este conjunto de ações da política pública das Mesorregiões Diferenciadas, implementada pelo MI, atinge uma de suas premissas: proporcionar o processo de desenvolvimento da Agricultura Familiar, constituindo-se num instrumento de articulação institucional entre as diversas esferas de governo, da sociedade civil e da iniciativa privada. Entretanto, a dinâmica desta ação de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional ainda é assunto novo, portanto, ainda não se encontra totalmente acabada. Por outro lado, já vem proporcionando excelentes resultados para o processo de desenvolvimento regional, os quais foram alcançados devido à atuação dos agentes do Fórum de Desenvolvimento da MESOMERCOSUL.

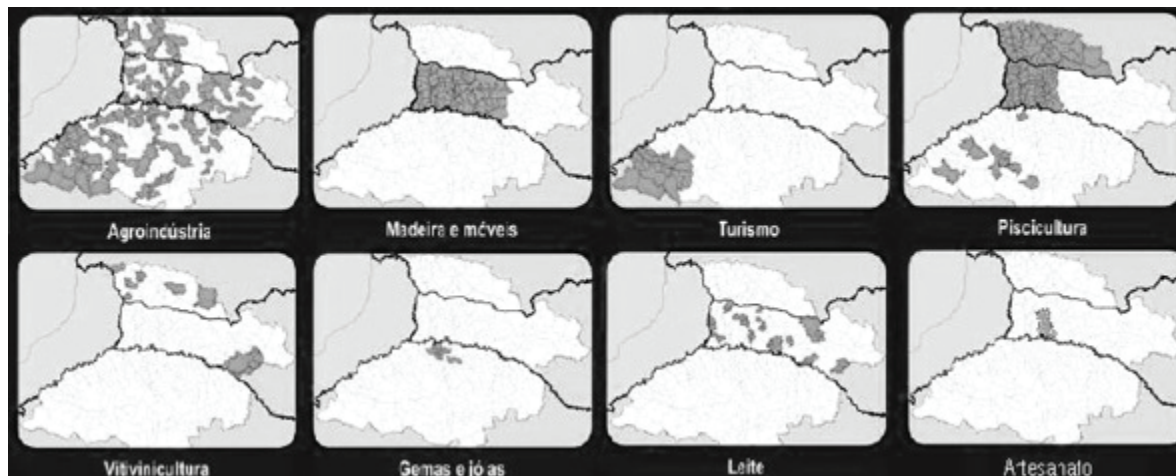


FIGURA 3 – Distribuição Espacial dos Projetos na MESOMERCOSUL

Fonte: Elaborado pelo autor

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação do Fórum de Desenvolvimento da MESOMERCOSUL possibilitou que a comunidade regional avançasse no planejamento regional, em virtude dos seguintes aspectos:

- elevar a autonomia regional, possibilitando alternativas que promovam a sua sustentabilidade, por meio da organização do poder público e da sociedade civil. Desta forma, constrói uma proposta sólida de desenvolvimento, amparada em seu potencial endógeno, priorizando as suas características e potencialidades econômicas, ou seja, o espaço rural e a agricultura. Neste sentido, esta política desconstruiu o mito de que a sociedade é um mero receptor de políticas públicas, sem capacidade de planejamento em longo prazo.

- contribuir para o processo de planejamento em longo prazo, possibilitando a consolidação de alternativas de desenvolvimento em “espaços” tanto essencialmente como relativamente “rurais”. Entretanto, constata-se baixa valorização do poder público neste espaço rural agrícola, apesar de sua alta eficiência, tanto sob o aspecto da geração de renda, como na criação de postos de trabalho. Neste sentido, o espaço rural e a agricultura contribuem para o desenvolvimento, tanto da mesorregião, como da economia em nível nacional; além de promover a redução das disparidades intra-regionais e consequente melhoria da qualidade de vida da região.

Contudo, esta proposta busca constitui um processo de mudança, configurando um novo espaço rural, construído numa nova visão da ruralidade; onde esta não é sinônimo de atraso, mas sim de alternativa para o desenvolvimento regional, principalmente a partir do planejamento de ações articuladas intermunicipalmente, priorizando principalmente a pequena propriedade rural. Contudo, neste território, a comunidade regional percebe como é importante a sua participação para o processo de gestão. Aparentemente, as regiões influenciadas assumem uma postura inovadora pela busca da definição de seus rumos. No entanto, apesar dos esforços dos agentes civis e públicos, as análises iniciais levam a crer que ainda não parece ter se atingido as condições institucionais adequadas para que se desencadeie um processo final, necessitando ainda um conjunto de ajustes.

7 REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. A. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento. **Revista Paranaense de**

Desenvolvimento, Curitiba, n. 107, p.55-74, jul./dez. 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.326**. de 24 de julho de 2006. Fixa Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm>. Acesso em: 20 fev. 2014.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional [PNDR]**. Brasília, 2005.

_____. **Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO)**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=55ad7cc0-c050-4a56-af51-52f638f47b08&groupId=10157>. Acesso em: 2 abr. 2014.

_____. **Programas e ações**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/index.asp?area=spr_promeso>. Acesso em: 24 fev. 2008.

CICCONETO, J.; VERDUM, R. Agricultura familiar ecológica em Canguçu (RS): trajetórias e perspectivas. **REDES – Revista de Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 3, p. 99-121, set./dez. 2012.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Safras**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1253&>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

EHELERS, E. O ideal da sustentabilidade. In: _____. **Agricultura sustentável: origem e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da Terra, 1996. cap. 3, p. 95-132.

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS. **Sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <<http://indicadores.fecam.org.br/indice/mesomercosul>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

FLORENCIO, D. R. et al. Análise de políticas de desenvolvimento regional: o caso da MESOMERCOSUL. **Dynamis**, Blumenau, v. 1, n. 14, p. 23-33, 2008.

- FLORIT, L. **Natureza, agricultura e alimentação**. Blumenau: FURB, 2005.
- GIRARDI, E. **Plano estratégico de desenvolvimento regional**. Frederico Westphalen/RS: Grafimax, 2010.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- _____. A necessidade de sistemas sustentáveis de produção de alimentos. In: _____. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2000. cap. 1, p. 33-59.
- HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.
- _____. **Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development**. London; New York: Verso, 2006.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento 2011: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília, 2012.
- LIMA, J. F. de et al. A percepção do desenvolvimento regional na grande fronteira do Mercosul. **Revista Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, n. 35, p. 133-150, jan./jun. 2012.
- MARTINE, G. **Fases e faces da modernização agrícola brasileira**. Brasília: IPEA/IPLAN, 1989. 67 p. (Texto para Discussão, 15).
- MELO, N. A. Do complexo rural à modernização agrícola brasileira: a modernização da agricultura paranaense e os impactos na vida rural: uma análise do programa vilas rurais no norte do Paraná. **Revista Geo Atos**, Presidente Prudente, v. 1, n. 11, p. 58-76, 2011.
- MENDES, C. C.; MATTEO, M. Formação e evolução do planejamento regional no Brasil. In: CRUZ, B. de O. et al. (Org.). **Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011. p. 261-280.
- MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL. **Portal mesorregião**. 2014. Disponível em: <<http://www.mesorregiao-gfm.org.br/>>. Acesso em: 24 fev. 2014.
- MORAES, M.; LOURO, S. **Estudo sobre a nova estratégia de desenvolvimento regional e a experiência da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul**. Erechim: Edifapes, 2003.
- PERIN, Z.; BONETTI, C.; DAMO, M. R. S. **Consensos e estratégias para o desenvolvimento da mesorregião grande fronteira do Mercosul**. Erechim: Edifapes, 2003.
- POLÊSE, M. **Economia urbana e regional: lógica espacial das transformações econômicas**. Coimbra: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, 1998.
- RIEDEL, E. **Agricultura familiar também é agronegócio**. Campo Grande: Assessoria de Comunicação do Sistema FAMASUL, 2013. Disponível em: <<http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/noticias/agricultura-familiar-tambem-e-agronegocio>>. Acesso em: 2 abr. 2014.
- ROCHA, L. E. V.; SANTOS, G. C.; ROSADO, P. L. Indicadores de desigualdade de renda e pobreza na agricultura do Estado de Minas Gerais. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 15, n. 3, p. 425-442, 2013.
- SANGALLI, A. R.; SCHLINDWEIN, M. M. A contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento rural de Mato Grosso do Sul. **REDES – Revista de Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 3, p. 82-99, set./dez. 2013.
- SILVA, J. G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996. 217p.
- SILVEIRA, F. G. Caracterização socioeconômica e demográfica das famílias agrícolas brasileiras. In: WANDERLEY, M. N. B. et al. (Org.). **Governança democrática 2005: as pesquisas nacionais e o rural brasileiro**. Curitiba: IPARDES, 2005. p. 7-46.
- SIMIONI, F. J. Determinantes da renda familiar no espaço rural: uma revisão. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 15, n. 3, p. 397-410, 2013.

SIMÕES, R. **Sistematização do painel “Distribuição de Renda - Redução das Disparidades Regionais”**. Brasília: DNDES, 2005. Painel sobre o Desenvolvimento Brasileiro em comemoração aos 50 anos do BNDES. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_debate/3-DistrRendaRed.pdf>. Acesso em: 8 out. 2015.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, v. 2, n. 2, set. 2005. Disponível em: <<http://www.cptl.ufms.br/geo/revista-geo/Artigos/jodenir.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

TOMÁS, W. M. et al. **Eco-agricultura: um modelo para a sustentabilidade que o Brasil precisa?** Corumbá: EMBRAPA Pantanal, 2009.

VEIGA, J. E. **A face rural do desenvolvimento**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

_____. **O Brasil precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: CNDRS, 2001a. (Série Textos para Discussão, 1). Convênio FIPE-IICA (MDA/NDRS/NEAD).

_____. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15 n. 43, p. 101-119, 2001b.